

## **Linhas de Orientação Para Elaboração de Propostas de Orçamento 2020-2023**

de S. Exa. o Primeiro-Ministro, Sr. Taur Matan Ruak

01 de Junho de 2020

### **Introdução**

Nos últimos 17 anos, os sucessivos governos foram bem-sucedidos na consolidação da paz e da estabilidade social, condições fundamentais para o desenvolvimento económico e para a construção do Estado de Direito e de um país que todos desejamos, moderno e próspero.

Contudo, existem duas questões endémicas que persistem quase inalteradas e a que urge responder, de acordo com as nossas prioridades de Governo e dos compromissos assumidos com o nosso Povo no Plano Estratégico de Desenvolvimento Nacional (PEDN) e no Roteiro de Implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS), nomeadamente a necessidade de *“combater a Fome e a Pobreza”*.

Existem dois fatores fundamentais que contribuem negativamente para o prolongar deste problema:

O primeiro fator, o **esquecimento do País Rural**, onde persiste a falta de poder de compra, assente numa agricultura de subsistência e no desconhecimento das melhores técnicas e métodos, modernos e avançados, que poderiam estimular o seu progresso.

Tem contribuído para o agravamento desta situação o êxodo rural excessivo das lideranças mais abastadas e dos jovens inconformados, com a falta de oportunidades e de acesso aos serviços públicos. Ficam para trás aparentemente esquecidas e abandonadas, as famílias mais carenciadas, vulneráveis e desfavorecidas as quais se isolam do mundo exterior por falta de interação, comunicação e diálogo com as organizações e autoridades do Estado.

Este desinvestimento no potencial rural do país é muito nocivo e ameaça a coesão social e territorial, colocando a maior parte da nossa população no limbo da estagnação e do retrocesso existencial.

O segundo fator, a **descontrolada pressão do País Urbano**, sem planeamento e preparação para o bom acolhimento da migração maciça que diariamente se dirige para o centrífugador núcleo urbano das sedes municipais, essencialmente da capital Dili, ameaçam perpetuar o desnível social indesejado, afastando as famílias mais carenciadas e a maioria dos nossos jovens, dos benefícios do progresso e desenvolvimento nacionais.

Assistimos a um crescente descontentamento, de quem, chegando a Dili à procura da legítima melhoria de bem-estar e de oportunidades de emprego, se depara com serviços inadaptados à pressão demográfica excessiva e com a falta de ofertas para desenvolverem vidas sociais, académicas ou profissionais, úteis e produtivas.

O Governo assumiu o inquebrantável compromisso de combater estas realidades, recuperando os necessários equilíbrios sociais e territoriais.

Sabemos que não poderemos ser bem-sucedidos nesta difícil missão, sem a participação e contributo de todos os cidadãos, sem qualquer tipo de exclusão. Neste sentido, temos de fazer mais e melhor no desenvolvimento da verdadeira riqueza do país, o capital social, investindo mais no seu bem-estar, na cultura de trabalho e no esforço para aumentar os rendimentos de forma equilibrada e sustentada.

Se não soubermos responder atempadamente aos legítimos anseios dos cidadãos, corremos o risco de agravar o abandono do País Rural e de proliferar os bairros de lata no País Urbano, com as óbvias consequências negativas de aumento da violência, criminalidade, delinquência e riscos para a paz social.

Preparar bem e garantir a participação dos cidadãos, integrando as suas famílias, grupos e comunidades no desenvolvimento nacional, continua a ser a única solução, sensata, para conseguir resultados na resolução dos principais desafios do nosso país.

Constitui ainda a chave da nossa convergência como Povo e como Nação, o desígnio de integrar o país no mercado regional e internacional.

É nesta perspetiva que apresentamos algumas notas sobre objetivos, prioridades e diretrizes, que devem guiar todos os membros do VIII Governo Constitucional nas atividades de planeamento e de orçamentação futuras, com os detalhes que a seguir se apresentam:

**Objectivos Fundamentais:**

1. Construir uma sociedade livre, justa e solidária;
2. Garantir o desenvolvimento nacional inclusivo e sustentável;
3. Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; e
4. Promover o bem-estar de todos sem preconceitos baseados na raça, na cor ou no género, bem como quaisquer outras formas de discriminação.

**Requisitos Importantes que contribuem para o Bem-Estar da Sociedade:**

1. A oportunidade de ter uma vida longa e saudável;
2. O acesso ao conhecimento, à tecnologia e à inovação; e
3. O acesso aos recursos suficientes para garantir um padrão de vida digna.

**Diretriz importante:**

Elevar o rendimento e a qualidade de vida da população, com a redução das desigualdades sociais e regionais.

## I – Objetivos e Prioridades

**A - Objetivos Centrais do Governo:**

São 3 (três) os objetivos centrais do próximo Orçamento Geral do Estado (OGE 2020):

1. Manter uma taxa anual de crescimento acima dos 7%;
2. Conseguir reduzir a taxa de pobreza (ODS 1) em menos 10%;
3. Conseguir reduzir a taxa de desemprego, no cumprimento do programa do Governo que prevê a criação de 60,000 empregos anuais, com uma expectativa de 300,000 empregos criados até ao final do mandato em 2023.

**B - Implementação do Plano Estratégico de Desenvolvimento Nacional (PEDN):**

No cumprimento das metas e grandes objetivos estratégicos definidos pelo Plano Estratégico de Desenvolvimento Nacional (PEDN) e pelo Roteiro de Implementação dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), o Governo deverá focar o seu investimento, em 5 (cinco) setores ou áreas fundamentais:

1. Desenvolvimento do Capital Social;
2. Desenvolvimento Económico;
3. Desenvolvimento das Infraestruturas Básicas Fundamentais;
4. Desenvolvimento institucional; e
5. Desenvolvimento ambiental.

## **C - Prioridades para a elaboração de propostas de Orçamento:**

Na elaboração de propostas de Orçamento propõem-se o princípio do planeamento integrado e um desenvolvimento modelar, assente em 4 (quatro setores) e 5 (cinco) grandes áreas de intervenção, nomeadamente:

### **(I) Setor do Capital Social:**

Promover o bem-estar social, a cidadania e a inclusão social com foco na igualdade de oportunidades e no acesso aos serviços públicos de qualidade.

#### **1. Bem-Estar Social, Proteção Social e Cidadania:**

(a) **Bem-Estar Social**: - é uma necessidade de otimizar as áreas multissetoriais e transversais de colaboração efetiva para atingir as metas na saúde, na educação e no meio ambiente, condição essencial para combater a fome e a pobreza ou para aumentar as oportunidades de emprego, a produtividade e o crescimento do País, nomeadamente:

- **Água Potável e Saneamento Básico** – para melhorar a qualidade de vida, prevenir doenças, evitar a mortalidade e permitir o crescimento saudável dos cidadãos;
- **Habitação** – com dimensão adequada, com higiene e conforto, com acesso aos serviços públicos de água e eletricidade;
- **Educação e Formação** – de qualidade, integrada, inclusiva, de acordo com as necessidades do mercado de trabalho e oportunidades ao longo da vida;
- **Saúde** – assistência médica e sanitária de qualidade, próxima dos cidadãos e capazes de atender as necessidades de desenvolvimento do país (nacionais e estrangeiras);
- **Cultura, Património, Juventude e Desporto** – para promover o desenvolvimento de cidadãos organizados, disciplinados, úteis e produtivos, através de atividades de interesse público.

#### **(b) Inclusão, Proteção e Solidariedade Social**

- **Mulheres e Crianças** – com apoios ao empoderamento feminino, à igualdade de oportunidades e às famílias mais carenciadas (subsídio condicional Bolsa da Mãe);
- **Idosos, Incapacitados e Grupos Vulneráveis** – subsídios a idosos e pessoas portadoras de incapacidade, apoios às vítimas, aos ex- reclusos, às pessoas portadoras de HIV/SIDA, toxicodependentes e outros grupos de risco;
- **Combatentes da Libertação Nacional** – proteção especial aos mutilados, órfãos e outros dependentes.

#### **(c) Cidadania**

- **Participação** - encorajando os cidadãos a contribuir com ideias claras nos processos decisórios e nas atividades de mudança, criando um sentimento positivo de envolvimento cívico;
- **Patriotismo** – encorajando o sentimento de amor, dedicação e orgulho pelos símbolos nacionais e estimulando a vontade de participação em favor do desenvolvimento do país;
- **Nacionalismo** –encorajando a unidade nacional e a valorização da nossa identidade e diversidade étnica, cultural e linguística, como potencial para a nossa autonomia e competitividade a nível regional e internacional.

### **(II) Setor Económico:**

Alcançar o crescimento económico sustentado, valorizando a produtividade e o trabalho.

#### **2. Investir na Economia e nas Finanças Públicas do País**

Promover o aumento sustentado dos rendimentos, estimulando a iniciativa privada, a diversificação económica e o bom aproveitamento das diferentes oportunidades do desenvolvimento.

**(a) Base Económica:**

A organização da economia deve assentar nos termos estabelecidos no Artigo 138º da Constituição, na conjugação de 3 (três) fatores:

- (1) Formas comunitárias;
- (2) Liberdade de iniciativa
- (3) Gestão empresarial.

**(b) Coexistência de 3 setores:**

A economia desenvolve-se em 3 (três) setores de organização da propriedade dos meios de produção:

- (1) Setor público;
- (2) Setor privado; e
- (3) Setor cooperativo e social.

**(c) Setores Produtivos:**

O Estado assume papel central na promoção do desenvolvimento económico, estimulando o investimento em 3 (três) setores produtivos, nomeadamente:

- a. Setor Primário, apostando não apenas na agricultura, mas também no transporte, distribuição, embalagem e armazenamento de produtos agrícolas, agropecuários, pesqueiros ou florestais (ODS 13, 14 e 15);
- b. Setor Secundário, incentivando o aparecimento de Parcerias Público- Privadas, para o desenvolvimento de uma moderna Indústria Petrolífera, Extrativa e Transformadora, resiliente e inclusiva (ODS 9);
- c. Setor Terciário, incentivando a diversificação de serviços prestados aos cidadãos, em especial os serviços de apoio ao turismo e de acesso a operações financeiras.

**(d) Finanças Públicas:**

- (1) Política Macroeconómica – para um crescimento elevado, inclusivo e sustentável na diversificação da economia;
- (2) Setor Financeiro – uma indústria financeira que contribua para o bom ambiente de negócios, facilitando as atividades comerciais e os seguros (bancos, microcréditos, uniões de crédito, política monetária);
- (3) Finanças Públicas – melhorar a transparência, a responsabilidade, a eficiência e a sustentabilidade, implementando uma Orçamentação por Programas e um regime contributivo de segurança social.

**(III) Setor das Infraestruturas Básicas Fundamentais**

Fomentar o desenvolvimento integrado das infraestruturas, de modo a assegurar a conectividade, a competitividade e a integração nacional, regional e internacional.

**3. Melhorar a Conectividade Nacional:**

Investindo em 3 (três) áreas essenciais, nomeadamente:

- a. Infraestruturas (construção de portos, aeroportos, estradas rurais ou urbanas e pontes);
- b. Logística (estoques, transportes marítimos, aéreos e terrestres e processamento de pedidos); e
- c. Telecomunicações (redes de fibra ótica marítima e terrestre), considerados mecanismos fundamentais para apoiar a diversificação económica.

#### **(IV) Setor Institucional:**

Melhorar a governação do Estado com foco para a melhoria dos serviços públicos prestados aos cidadãos, para a melhoria do ambiente de negócios, assim como a melhoria da participação da sociedade em prol da defesa da soberania.

#### **4. Consolidação e Reforço da Defesa, da Segurança e das Relações Externas:**

- a. Instituições de Defesa e de Segurança - transparentes, eficientes, competentes e profissionais, mais ativas na prevenção da criminalidade e das situações que coloquem em risco a estabilidade e a paz social;
- b. Relações Externas – baseadas em relações de amizade sólidas, a nível bilateral e multilateral, que promovam a integração regional e internacional do país e facilitem o acesso de pessoas, empresas e organizações ao sistema e mercados internacionais, contribuindo para o esforço global de desenvolvimento nacional.

#### **5. Consolidação e Reforço da Justiça, da Democracia e dos Direitos Humanos:**

- a. Promovendo uma sociedade mais pacífica e inclusiva (ODS 16); e
- b. Garantindo o Estado de Direito, a igualdade de acesso, a celeridade e a eficácia, a proximidade dos serviços e a coexistência de mecanismos formais e informais (tradicionais) de justiça, como fatores cruciais de confiança e de atração de investimentos.

#### **(V) Setor Ambiental:**

Promover o uso sustentável dos recursos naturais e a sua transição para uma economia verde valorizando fundamentalmente a utilização de tecnologias ambientalmente adequadas, que promovam comportamentos mais amigos do ambiente, baseados em 3 (três) princípios nomeadamente: Reduzir, Reutilizar e Reciclar (os 3 R's).

## **II – Diversos**

#### **Indicadores-chave para avaliar a boa governação e o desenvolvimento institucional:**

- i. O grau e a facilidade de fazer negócios;
- ii. O nível de prestação de contas;
- iii. O nível de estabilidade política;
- iv. O grau de eficácia do governo;
- v. O nível de qualidade regulatória;
- vi. O nível de aplicação dos direitos, deveres, liberdades e garantias protegidos pelo Estado de Direito; e
- vii. O nível de controlo da corrupção.

#### **Indicadores-chave para avaliar o eixo social:**

1. Percentagem de adolescentes com 16 anos que concluíram o ensino básico;
2. Percentagem de frequências e conclusões no ensino primário e básico;
3. Percentagem de frequências e conclusões no ensino médio e secundário;
4. Taxa de mortalidade na infância – menores de 5 anos;
5. A esperança de vida ao nascer;
6. Taxa de homicídio e da criminalidade;
7. Índice de Gini,<sup>1</sup> e
8. A proporção da população abaixo da linha da pobreza.

## **D - Desenvolvimento de Infraestruturas:**

No planeamento de infraestruturas básicas e fundamentais, deve ser dada especial atenção, a 5 (cinco) pontos fundamentais:

1. A criação de emprego, priorizando aquelas que ajudem a promover oportunidades de trabalho inclusivo para homens, mulheres e pessoas portadoras de incapacidades;
2. O setor privado, priorizando aquelas que contribuam para incentivar o aparecimento de pequenas e médias empresas;
3. A valorização dos produtos locais, priorizando as iniciativas que contribuam para a diversificação da oferta e para o crescimento sustentável da economia (ODS 8);
4. A capacitação e fortalecimento institucional, priorizando as iniciativas que valorizem o cidadão, não apenas em conhecimento técnico ou científico, mas também de caráter moral, ético e disciplinar;
5. O desenvolvimento territorial equilibrado, priorizando as iniciativas que contribuam para a coesão social e para reduzir assimetrias entre centros urbanos e áreas rurais.

Vamos, ainda, promover uma **descentralização na aprovação de novos projetos**, implementando uma nova delegação de responsabilidades, de acordo com a seguinte fórmula:

- Projetos de valor até Usd\$ 300,000 - com aprovação a nível comunitário;
- Projetos inferiores a Usd\$ 5 Milhões - com aprovação a nível de Municípios e Ministérios; e
- Projetos de valor acima de Usd\$ 5 Milhões - com aprovação reservada para o CAFI.

## **E - Fontes de Financiamento:**

### **1. Fundo Petrolífero:**

O Governo mantém o seu compromisso em garantir o equilíbrio do Fundo Petrolífero, de modo a garantir a sua sustentabilidade para as gerações futuras, reduzindo gradualmente a pressão efetuada nos últimos anos referentes aos valores de levantamentos acima do Rendimento Sustentável Estimado (RSE).

### **2. Empréstimos:**

Vamos, por isso, aumentar o nível de endividamento público, de forma ponderada e equilibrada, para suprir as necessidades de investimento em infraestruturas e setores estratégicos do nosso desenvolvimento.

### **3. Dívida Pública:**

Vamos recorrer a instrumentos de emissão de dívida pública, de acordo com as melhores práticas internacionais, sem nunca esquecer a exigência de manter o *rating* de cumprimento de Timor-Leste, em níveis de qualidade elevada, nomeadamente:

- a. Emissão de Títulos de Dívida Pública; e
- b. Participação dos Cidadãos.

### **4. Receitas Fiscais:**

Regulamentação de receitas potenciais existentes, melhorando a eficácia e transparência na recolha e cobrança de taxas, procurando não prejudicar os esforços de atração de investimentos com duplicações ou impostos excessivos.

### **5. Apoio dos Doadores:**

Continuar com as parcerias estratégicas a nível bilateral e multilateral, aderindo a novos mecanismos de financiamento das nossas necessidades de investimento.

### **6. Parcerias Público-Privadas:**

Vamos dar prioridade a esta fonte para financiamento de grandes projetos, através da promoção de um ambiente de negócios mais favorável e atrativo aos investimentos privados.

## **F - Melhorar o Ambiente de Negócios:**

### **1. Melhorar os procedimentos de aprovação de novos investimentos**

Intervindo em 10 (dez) pontos fundamentais, nomeadamente:

- a) Na criação e registo de novas empresas;
- b) Na concessão de títulos de propriedade e emissão de alvarás ou licenças de construção;
- c) No rápido acesso a serviços públicos essenciais: de eletricidade, água ou conectividade;
- d) Na concessão de vistos a empresários ou trabalhadores especializados, peritos, formadores, cuja competência técnica ou científica constitua uma mais valia à realização dos projetos;
- e) Na emissão de documentos necessários à obtenção de crédito;
- f) Na constituição de sociedades e na segurança jurídica dos contratos;
- g) No desenvolvimento de uma política fiscal com incentivos adequados (impostos razoáveis e isenções), que potenciem a produtividade e a competitividade das empresas a operar em Timor-Leste;
- h) Na conectividade e acesso aos Mercados Internacionais, com serviços rápidos, eficazes e eficientes, bem como custos competitivos, capazes de facilitar as exportações e a diminuir o nível de dependência de produtos importados;
- i) No cumprimento dos contratos e compromissos assumidos, com especial atenção para os prazos, a qualidade e as especificações previamente definidas;
- j) Na rápida resolução de processos de insolvência.

### **2. Criar um ambiente favorável para o turismo:**

- a) Acessibilidades –incentivar a diversificação e a melhoria dos serviços prestados no setor dos transportes (aéreos, marítimos e rodoviários), potenciando os investimentos realizados nas infraestruturas (aeroportos, portos, terminais e estradas);
- b) Segurança – consolidar e reforçar o sentimento de segurança pública e de confiança em relação às forças e serviços de segurança, promovendo o “destino Timor- Leste” como “seguro e amigo do visitante”;
- c) Simplificação do licenciamento de projetos turísticos – removendo obstáculos, burocracias, duplicações ou impostos excessivos ou desnecessários, de acordo com as melhores práticas internacionais;
- d) Incentivos fiscais – tendo em consideração o ambiente regional e internacional de negócios, se possa implementar soluções atrativas e competitivas;
- e) Promoção turística – utilizando as embaixadas, os postos consulares, as comunidades timorenses (na diáspora) e as participações Timorenses em eventos internacionais como verdadeiras oportunidades/centros de informação e de promoção do “destino e produtos made in Timor-Leste”;
- f) Requalificação e revitalização dos centros históricos – implementando uma política de concessões comerciais ao setor privado, que gerem receitas capazes de efetuar a conservação, manutenção e reabilitação dos centros e monumentos históricos e de tirar proveito económico dos citados espaços;
- g) Política de vistos – implementar uma política que facilite o acesso a vistos e isenções de visto para passageiros genuínos, acompanhadas de medidas que reforcem o controlo de passageiros suspeitos ou de risco elevado.

### 3. Criar um ambiente favorável aos Projetos Comunitários:

O Estado pretende promover um melhor entendimento e compreensão do conceito de projeto de iniciativa comunitária, atuando em 3 (três) pontos fundamentais:

- a) Na elaboração de propostas: apoiando a identificação de problemas, a seleção de prioridades, o planeamento de atividades e a implementação de projetos, de organização e participação comunitária;
- b) No reforço do sentimento de pertença: encorajando a utilização de meios e recursos locais, de modo a elevar as capacidades locais e o nível de ambição, bem como garantir a sua autonomia, facilitando o acompanhamento das comunidades e promovendo a sua integração no processo de desenvolvimento nacional;
- c) Na transformação das mentalidades: promovendo uma maior participação e interesse face às questões de interesse local e comunitário, de modo a ultrapassar a dependência excessiva de iniciativas municipais ou nacionais e a concretizar a mudança de atitudes necessárias à concretização da nova política de descentralização na aprovação de projetos comunitários.

### G - Melhorar a Redistribuição e a Avaliação do Desempenho:

#### 1. Melhorar as funções de redistribuição do Estado:

- a) Alocativa – dando mais prioridade aos setores mais carenciados ou atrasados do país, implementando a política definida no PEDN de “*não deixar ninguém para trás*”;
- b) Distributiva – promovendo um crescimento equilibrado do país, com coesão social e territorial;
- c) Estabilizadora – emprego, estabilidade de preços e crescimento.

#### 2. Melhorar a avaliação do desempenho:

O Estado assume ainda um papel fundamental na promoção de um ambiente de negócios mais favorável, através de reformas nas finanças e na avaliação do desempenho governativo, com as seguintes medidas:

- a. Implementando um conjunto de reformas, nas áreas: Administrativa, Fiscal (Tributária e Aduaneira) e Legislativa, criando condições mais atrativas ao investimento nacional e internacional, mais seguro e competitivo.
- b. Completando a Orçamentação por Programas: combinada com a nomeação de um coordenador responsável por cada programa e de gestores para cada projeto, a fim de garantir uma melhor avaliação do desempenho dos membros do Governo e da execução dos programas e projetos sob a sua tutela; e
- c. Implementando um sistema sancionatório: composto por advertências e eventuais sanções impostas aos coordenadores e gestores infratores ou incumpridores.

#### Notas Finais:

- Estas linhas de orientação constituem um documento de trabalho;
- Pretendem orientar os procedimentos de planeamento e de orçamentação;
- Garantir uma integração modelar dos diferentes esforços interministeriais a nível transversal; e
- Pretendem relembra o verdadeiro propósito do programa e subprogramas do Governo que visam, em última análise, “Resolver os problemas imediatos dos cidadãos, garantindo o sentimento de pertença e obtendo o apoio popular na defesa dos seus interesses estratégicos”.

---

i **Coefficiente de Gini**, por vezes chamado **índice de Gini** ou **razão de Gini**, é uma medida de desigualdade desenvolvida pelo estatístico italiano Corrado Gini, e publicada no documento “*Variabilità e mutabilità*” (“*Variabilidade e mutabilidade*” em italiano), em 1912. Pode ser usado para qualquer distribuição embora seja comumente utilizado para medir a desigualdade de distribuição de rendimento



## **Lines of Guidance for Preparation of Proposals for Budget 2020-2023**

of His Excellency the Prime Minister, Mr. Taur Matan Ruak

June 01, 2020

### **Introduction**

Over the past 17 years, successive governments have been successful in consolidating peace and social stability, fundamental conditions for economic development and for the construction of the rule of law and a country that we all want, modern and prosperous.

However, there are two endemic questions that remain almost unchanged and which need to be answered, according to our Government priorities and the commitments assumed with our People in the National Development Strategic Plan (PEDN) and in the Roadmap for Implementing the Sustainable Development Goals (SDGs), namely the need to *“fight Hunger and Poverty”*.

There are two fundamental factors that contribute negatively to the prolongation of this problem:

The first factor, **the neglect of the Rural Country**, where the lack of purchasing power persists, based on subsistence agriculture and the lack of knowledge of the best techniques and methods, modern and advanced, that could stimulate its progress.

The excessive rural exodus of the more affluent leaders and the non-conforming youth has contributed to the aggravation of this situation, with the lack of opportunities and access to public services. The most needy, vulnerable and disadvantaged families are left behind, apparently forgotten and abandoned, who isolate themselves from the outside world due to lack of interaction, communication and dialogue with State organizations and authorities.

This disinvestment in the country's rural potential is very harmful and threatens social and territorial cohesion, putting most of our population in the limbo of stagnation and existential setback.

The second factor, the **uncontrolled pressure from the Urban Country**, without planning and preparation for the good reception of the massive migration that daily heads towards the urban core centrifuge of the municipal headquarters, essentially from the capital Dili, threatens to perpetuate the unwanted social gap, alienating families most needy and most of our young people, the benefits of national progress and development.

We are witnessing growing discontent, when people, arriving in Dili in search of a legitimate improvement in well-being and job opportunities, are faced with services unsuitable to excessive demographic pressure and the lack of offers to develop useful and productive social, academic or professional lives.

The Government has made an unbreakable commitment to combat these realities, restoring the necessary social and territorial balances.

We know that we cannot be successful in this difficult mission, without the participation and contribution of all citizens, without any kind of exclusion. In this sense, we must do more and better in the development of the country's true wealth, social capital, investing more in its well-being, in the work culture and in the effort to increase earnings in a balanced and sustained manner.

If we do not know how to respond in a timely manner to the legitimate desires of citizens, we run the risk of aggravating the abandonment of the Rural Country and of proliferating the slums in the Urban Country, with the obvious negative consequences of increased violence, crime, delinquency and risks to social peace.

Preparing well and ensuring the participation of citizens, integrating their families, groups and communities in national development, remains the only sensible solution to achieve results in solving the main challenges of our country.

It is also the key to our convergence as a People and as a Nation, the aim of integrating the country into the regional and international market.

It is in this perspective that we present some notes on objectives, priorities and guidelines, which should guide all members of the VIII Constitutional Government in future planning and budgeting activities, with the following details:

**Fundamental Objectives:**

1. Build a free, fair and supportive society;
2. Guarantee inclusive and sustainable national development;
3. Eradicate poverty and marginalization and reduce social and regional inequalities; and
4. Promote the well-being of all without prejudice based on race, color or gender, as well as any other forms of discrimination.

**Important requirements contributing to the Well-being of Society:**

1. The opportunity to have a long and healthy life;
2. Access to knowledge, technology and innovation; and
3. Access to sufficient resources to guarantee a decent standard of living.

**Important guideline:**

Increase the population's income and quality of life, with the reduction of social and regional inequalities.

**I - Objectives and Priorities**

**A - Central Government Objectives:**

There are 3 (three) central objectives of the next State Budget (OGE 2020):

1. Maintain an annual growth rate above 7%;
2. Achieve a 10% reduction in the poverty rate (SDG 1);
3. Achieve a reduction in the unemployment rate, in compliance with the Government's program that provides for the creation of 60,000 jobs annually, with an expectation of 300,000 jobs created by the end of the mandate in 2023.

**B - Implementation of the National Development Strategic Plan (PEDN):**

In compliance with the goals and major strategic objectives defined by the Strategic Plan for National Development (PEDN) and the Roadmap for the Implementation of Sustainable Development Goals (SDGs), the Government should focus its investment in 5 (five) sectors or fundamental areas:

1. Development of Social Capital;
2. Economic Development;
3. Development of Basic Fundamental Infrastructures;
4. Institutional development; and
5. Environmental development.

**C - Priorities for the preparation of Budget proposals:**

In preparing Budget proposals, the principle of integrated planning and model development is proposed, based on 4 (four sectors) and 5 (five) major areas of intervention, namely:

## **(I) Social Capital Sector:**

Promote social well-being, citizenship and social inclusion with a focus on equal opportunities and access to quality public services.

### **1. Social well-being, Social Protection and Citizenship:**

(a) **Social well-being:** - there is a need to optimize the multisectoral and transversal areas of effective collaboration to achieve goals in health, education and the environment, an essential condition to fight hunger and poverty or to increase opportunities employment, productivity and growth in the country, namely:

- **Drinking Water and Basic Sanitation** - to improve the quality of life, prevent diseases, prevent mortality and allow healthy growth for citizens;
- **Housing** - with adequate size, with hygiene and comfort, with access to public water and electricity services;
- **Education and Training** - quality, integrated, inclusive, according to the needs of the labor market and opportunities throughout life;
- **Health** - quality medical and health care, close to the citizens and capable of meeting the country's development needs (national and foreign);
- **Culture, Heritage, Youth and Sports** - to promote the development of organized, disciplined, useful and productive citizens, through activities of public interest.

### **(b) Inclusion, Protection and Social Solidarity**

- **Women and Children** - with support for female empowerment, equal opportunities and the most deprived families (conditional subsidy Bolsa da Mãe);
- **Elderly, Disabled and Vulnerable Groups** - subsidies for the elderly and people with disabilities, support for victims, ex- offenders, people with HIV / AIDS, drug addicts and other groups at risk;
- **National Liberation Fighters** - special protection for the mutilated, orphans and other dependents.

### **(c) Citizenship**

- **Participation** - encouraging citizens to contribute with clear ideas in decision- making processes and in change activities, creating a positive feeling of civic involvement;
- **Patriotism** - encouraging the feeling of love, dedication and pride for national symbols and stimulating the desire to participate in favor of the country's development;
- **Nationalism** - encouraging national unity and the enhancement of our ethnic, cultural and linguistic identity and diversity, as a potential for our autonomy and competitiveness at regional and international level.

## **(II) Economic Sector:**

Achieve sustained economic growth, valuing productivity and work.

### **2. Investing in the Country's Economy and Public Finances**

Promote a sustained increase in incomes, stimulating private initiative, economic diversification and making good use of different development opportunities.

### **(a) Economic Base:**

The organization of the economy must be based on the terms established in Article 138 of the Constitution, in the combination of 3 (three) factors:

- (1) Community forms;
- (2) Freedom of initiative
- (3) Business management.

**(b) Coexistence of 3 sectors:**

The economy develops in 3 (three) sectors of organization of ownership of the means of production:

- (1) Public sector;
- (2) Private sector; and
- (3) Cooperative and social sector.

**(c) Productive Sectors:**

The State assumes a central role in promoting economic development, stimulating investment in 3 (three) productive sectors, namely:

- a. Primary sector, betting not only on agriculture, but also on the transport, distribution, packaging and storage of agricultural, livestock, fisheries or forest products (SDGs 13, 14 and 15);
- b. Secondary Sector, encouraging the emergence of Public- Private Partnerships, for the development of a modern, resilient and inclusive Petroleum, Extractive and Transformation Industry (SDG 9);
- c. Tertiary sector, encouraging the diversification of services provided to citizens, especially services to support tourism and access to financial operations.

**(d) Public Finance:**

- (1) Macroeconomic Policy - for high, inclusive and sustainable growth in the diversification of the economy;
- (2) Financial Sector - a financial industry that contributes to the good business environment, facilitating commercial activities and insurance (banks, microcredits, credit unions, monetary policy);
- (3) Public Finances - improving transparency, accountability, efficiency and sustainability, implementing Program Budgeting and a contributory social security regime.

**(III) Basic Fundamental Infrastructure Sector**

Encourage the integrated development of infrastructures, in order to ensure connectivity, competitiveness and national, regional and international integration.

**3. Improve National Connectivity:**

Investing in 3 (three) essential areas, namely:

- a. Infrastructure (construction of ports, airports, rural or urban roads and bridges);
- b. Logistics (inventory, sea, air and land transport and order processing ); and
- c. Telecommunications ( maritime and terrestrial fiber networks ), considered fundamental mechanisms to support economic diversification.

**(IV) Institutional Sector:**

Improve state governance with a focus on improving public services provided to citizens, improving the business environment, as well as improving society's participation in the defense of sovereignty.

#### **4. Consolidation and Strengthening of Defense, Security and External Relations:**

- a. Defense and Security Institutions - transparent, efficient, competent and professional, more active in preventing crime and situations that endanger stability and social peace;
- b. External Relations - based on solid friendly relations, at bilateral and multilateral levels, that promote the regional and international integration of the country and facilitate the access of people, companies and organizations to the international system and markets, contributing to the global national development effort.

#### **5. Consolidation and Strengthening of Justice, Democracy and Human Rights:**

- a. Promoting a more peaceful and inclusive society (SDG 16); and
- b. Ensuring the rule of law, equal access, speed and efficiency, proximity to services and the coexistence of formal and informal (traditional) mechanisms of justice, as crucial factors of trust and attraction of investments.

#### **(V) Environmental Sector:**

Promote the sustainable use of natural resources and their transition to a green economy, fundamentally valuing the use of environmentally friendly technologies, which promote more environmentally friendly behaviors, based on 3 (three) principles namely: Reduce, Reuse and Recycle (the 3 R's ).

## **II - Miscellaneous**

#### **Key indicators for assessing good governance and institutional development:**

- i. The degree and ease of doing business;
- ii. The level of accountability;
- iii. The level of political stability;
- iv. The degree of effectiveness of the government;
- v. The level of regulatory quality;
- vi. The level of application of the rights, duties, freedoms and guarantees protected by the rule of law; and
- vii. The level of corruption control.

#### **Key indicators to assess the social axis:**

1. Percentage of adolescents aged 16 who completed basic education;
2. Percentage of frequencies and conclusions in primary and basic education;
3. Percentage of frequencies and conclusions in secondary and secondary education;
4. Child mortality rate - under 5 years;
5. Life expectancy at birth;
6. Homicide and crime rate;
7. Gini Index;<sup>1</sup> and
8. The proportion of the population below the poverty line.

#### **D - Infrastructure Development:**

When planning basic and fundamental infrastructures, special attention should be paid to 5 (five) fundamental points:

1. Job creation, prioritizing those that help promote inclusive work opportunities for men, women and people with disabilities;
2. The private sector, prioritizing those that contribute to encourage the emergence of small and medium-sized companies;

3. The valorization of local products, giving priority to initiatives that contribute to the diversification of the offer and to the sustainable growth of the economy (SDG 8);
4. Capacity building and institutional strengthening, prioritizing initiatives that value the citizen, not only in technical or scientific knowledge, but also of a moral, ethical and disciplinary nature;
5. Balanced territorial development, prioritizing initiatives that contribute to social cohesion and reduce asymmetries between urban centers and rural areas.

We will also promote a **decentralization in the approval of new projects**, implementing a new delegation of responsibilities, according to the following formula:

- Projects worth up to \$ 300,000 - with approval at the community level;
- Projects lower than \$ 5 Million - with approval at the level of Municipalities and Ministries; and
- Projects worth over \$ 5 Million - with approval reserved for CAFI.

#### **E - Sources of Financing:**

##### **1. Petroleum Fund:**

The Government maintains its commitment to guarantee the balance of the Petroleum Fund, in order to guarantee its sustainability for future generations, gradually reducing the pressure made in recent years regarding the withdrawal values above the Estimated Sustainable Income (ESI).

##### **2. Loans:**

Therefore, we will increase the level of public indebtedness, in a considered and balanced way, to supply the investment needs in infrastructure and strategic sectors of our development.

##### **3. Public debt:**

We will use public debt issuance instruments, in accordance with international best practices, without ever forgetting the requirement to maintain Timor-Leste's compliance *rating* at high quality levels, namely:

- a. Issuance of Public Debt Securities; and
- b. Citizen Participation.

##### **4. Tax Revenue:**

Regulation of potential existing revenues, improving efficiency and transparency in the collection and collection of fees, seeking not to hinder efforts to attract investments with duplication or excessive taxes.

##### **5. Donor Support:**

Continue with strategic partnerships at bilateral and multilateral level, adhering to new financing mechanisms for our investment needs.

##### **6. Public-Private Partnerships:**

We will give priority to this source for financing large projects, by promoting a more favorable and attractive business environment for private investments.

#### **F - Improve the Business Environment:**

##### **1. Improve new investment approval procedures**

Intervening in 10 (ten) fundamental points, namely:

- a) In the creation and registration of new companies;
- b) The granting of land titles and issuance of permits or licenses construction;
- c) Rapid access to essential public services: electricity, water or connectivity;

- d) When granting visas to entrepreneurs or specialized workers, experts, trainers, whose technical or scientific competence constitutes an added value to the realization of the projects;
- e) Issuing documents necessary to obtain credit;
- f) In the formation of companies and the legal certainty of contracts;
- g) In the development of a fiscal policy with adequate incentives ( reasonable taxes and exemptions), which enhance the productivity and competitiveness of companies operating in Timor-Leste;
- h) In connectivity and access to the International Markets, with fast, effective and efficient services, as well as competitive costs, capable of facilitating exports and reducing the level of dependence on imported products;
- i) In the fulfillment of contracts and commitments assumed, with special attention to deadlines, quality and previously defined specifications;
- j) In the quick resolution of insolvency proceedings.

## **2. Creating a favorable environment for tourism:**

- a. Accessibility - encourage the diversification and improvement of services provided in the transport sector (air, sea and road), boosting investments in infrastructure (airports, ports, terminals and roads);
- b. Security - to consolidate and reinforce the feeling of public security and confidence in relation to security forces and services, promoting the “destination Timor- Leste” as “safe and friendly to the visitor”;
- c. Simplification of the licensing of tourism projects - removing obstacles, bureaucracies, duplication or excessive or unnecessary taxes, according to the best international practices;
- d. Tax incentives - taking into account the regional and international business environment, attractive and competitive solutions can be implemented;
- e. Tourism promotion - using embassies, consular posts, Timorese communities (in the diaspora) and Timorese participation in international events as real opportunities / centers for information and promotion of “destination and products made in Timor-Leste”;
- f. Requalification and revitalization of historic centers - implementing a policy of commercial concessions to the private sector, which generate revenues capable of carrying out the conservation, maintenance and rehabilitation of historic centers and monuments and of taking economic advantage of the mentioned spaces;
- g. Visa policy - implement a policy that facilitates access to visas and visa exemptions for genuine passengers, accompanied by measures that reinforce the control of suspicious or high-risk passengers.

## **3. Create a favorable environment for Community Projects:**

The State intends to promote a better understanding and understanding of the concept of a community initiative project, acting on 3 (three) fundamental points:

- a) In the preparation of proposals: supporting the identification of problems, the selection of priorities, the planning of activities and the implementation of projects, organization and community participation;
- b) Reinforcing the feeling of belonging: encouraging the use of local resources and resources, in order to increase local capacities and the level of ambition, as well as guaranteeing their autonomy, facilitating the monitoring of communities and promoting their integration in the process national development;

- c) In the transformation of mentalities: promoting greater participation and interest in the face of issues of local and community interest, in order to overcome the excessive dependence on municipal or national initiatives and to bring about the change in attitudes necessary for the implementation of the new decentralization policy in approval of community projects.

#### **G - Improve Redistribution and Performance Evaluation:**

##### **1. Improve the State's redistribution functions:**

- a. Allocative - giving more priority to the most deprived or backward sectors in the country, implementing the policy defined in the PEDN of "*not leaving anyone behind*";
- b. Distributive - promoting a balanced growth of the country, with social and territorial cohesion;
- c. Stabilizing - employment, price stability and growth.

##### **2. Improve performance evaluation:**

The State also assumes a fundamental role in promoting a more favorable business environment, through reforms in finance and in the assessment of government performance, with the following measures:

- a. Implementing a set of reforms, in the areas: Administrative, Tax (Tax and Customs) and Legislative, creating more attractive conditions for national and international investment, more secure and competitive.
- b. Completing the Program Budgeting: combined with the appointment of a coordinator responsible for each program and managers for each project, in order to ensure a better assessment of the performance of Government members and the execution of programs and projects under their tutelage; and
- c. Implementing a sanctioning system: composed of warnings and possible sanctions imposed on offending or non-compliant coordinators and managers.

#### **Final Notes:**

- These guidelines are a working document;
- They intend to guide the planning and budgeting procedures;
- Guarantee a model integration of the different inter-ministerial efforts at the transversal level; and
- They want to remember the true purpose of the program and sub-programs of the government aimed, ultimately, "Solving the immediate problems of citizens, ensuring the feeling of belonging and getting popular support in defense of its strategic interests."

---

**1 Gini coefficient**, sometimes called **the Gini index** or **Gini ratio**, is a measure of inequality developed by the Italian statistician Corrado Gini, and published in the document "*Variabilità e mutabilità*" ("*Variability and mutability*" in Italian), in 1912. Can be used for any distribution although it is commonly used to measure inequality in income distribution